

“NÃO ERA NEM PARA VOCÊ ESTAR AQUI!”: LGBTQIAPN+fobia, trabalho docente e sofrimento psíquico em tempos de Covid-19¹

Hárllen Éric Benevides de Castro²

Afya – Faculdade de Ciências Médicas (Guanambi – BA)

Ana Luiza Salgado Cunha³

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB – Vitória da Conquista)

Yan Caique de Souza Barros⁴

IMS-UFBA (Instituto Multidisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia)

Resumo

O presente artigo visa analisar os efeitos da pandemia de Covid-19 na saúde mental de docentes LGBTQIAPN+, com ênfase nos atravessamentos da LGBTQIAPN+fobia em suas vivências laborais. A pesquisa, derivada de um mestrado profissional realizado no interior da Bahia, adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com caráter descritivo e exploratório. Para isso, utilizou-se a Análise por Triangulação entre Métodos, contemplando revisão bibliográfica, questionário on-line, grupo reflexivo e análise de conjuntura. Os estudos revisados indicam que a pandemia provocou impactos significativos na saúde mental da categoria docente, como o aumento de quadros como ansiedade, depressão e estresse. No entanto, evidenciou-se a negligência institucional quanto ao suporte emocional e pedagógico aos professores durante esse período, sobretudo no que tange à invisibilidade das experiências de educadores LGBTQIAPN+. O levantamento empírico foi conduzido com docentes desse grupo que atuaram na educação básica nos municípios de Guanambi e Caetité - BA, por meio de questionário digital e grupo reflexivo virtual. A análise dos dados, fundamentada no entrelaçamento dialético entre teoria e prática, revelou que a pandemia acentuou os desafios já enfrentados por esses profissionais, aprofundando o sofrimento psíquico e evidenciando a ausência de políticas de apoio específicas. O estudo contribui para o reconhecimento das demandas dessa população docente, reforçando a urgência de ações institucionais que considerem as interseccionalidades de gênero, sexualidade e trabalho na educação.

Palavras-chave

Covid-19; Docentes LGBTQIAPN+; Educação básica; Interseccionalidade; Saúde mental.

¹ O título desse estudo se refere a um fragmento de uma das falas realizadas por um dos sujeitos da pesquisa, discutida no decorrer do trabalho, ao retratar sobre sua percepção em relação a como as escolas se posicionam frente à presença de sujeitos LGBTQIAPN+ em seus espaços: a partir de uma postura de rechaça e rejeição, em que tais corpos são apreendidos como indesejáveis a uma estrutura que já é moldada a partir de uma cosmovisão e cosmopercepção de mundo cisheteronormativa.

² Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedades (PPGELS, UNEB campus VI). E-mail: harllencb171@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7809-8162>.

³ Doutora em Educação (UFSCar). E-mail: ana.luiza@uesb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9244-130X>.

⁴ Mestre em Educação (PPGED/UESB). E-mail: yan.caik@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8792-4385>.



Introdução

No Brasil, os primeiros casos de Covid-19 foram registrados entre 18 e 27 de janeiro de 2020. Devido ao desconhecimento sobre a doença, sua rápida propagação e alta mortalidade, surgiram muitas dúvidas sobre as melhores formas de enfrentamento. Esse contexto afetou profundamente a saúde mental da população, aumentando os casos de adoecimento psíquico globalmente. No âmbito educacional, a pandemia intensificou o sofrimento psicológico dos docentes, provocando depressão, ansiedade, estresse, além de sentimentos de angústia. (Calvo-Paz *et al.*, 2022; Freitas *et al.*, 2021).

Apesar do mal-estar psíquico relatado, docentes não receberam suporte pedagógico ou psicológico adequado durante a pandemia, agravando os desafios impostos pela Covid-19 (Pachiego; Milani, 2020). Essa negligência evidencia tanto o descaso com a saúde mental nas escolas quanto a desvalorização docente. Além disso, não há estudos específicos sobre os impactos da pandemia na saúde mental de docentes LGBTQIAPN+, grupo historicamente invisibilizado e vulnerabilizado no Brasil. Embora a pandemia tenha afetado toda a população, seus efeitos foram mais severos para grupos socialmente vulneráveis (Farias; Junior, 2021). No Brasil, um dos países com maiores taxas de mortes por Covid-19, esses desafios foram agravados por fatores como desigualdade social, desconhecimento sobre o vírus e a disseminação de *fake news* em meio a discursos negacionistas e campanhas anticientíficas (Werneck; Carvalho, 2020).

O cenário da pandemia no Brasil foi intensificado por uma política de (des)governo caracterizada por negligência, desinformação e desprezo à ciência, liderada pela administração de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022). Esse contexto necropolítico e de biopoder dificultou o controle da Covid-19, aumentando os casos e mortes, ao mesmo tempo em que rejeitou medidas fundamentais como o isolamento social e a vacinação. Além dos impactos na saúde pública, essa postura agravou o sofrimento psicológico da população, sobretudo dos grupos mais vulneráveis, que enfrentaram abandono, insegurança e a negação de direitos básicos.

Durante a pandemia, agravaram-se desigualdades estruturais, como fome e desemprego, impactando especialmente a população LGBTQIAPN+, que enfrentou efeitos mais severos na saúde mental em comparação à população cisheterossexual,

devido ao aumento das barreiras de acesso aos serviços de saúde, agravadas pelo distanciamento social. Ademais, pesquisas como a de Abramovich *et al.* (2021) e Akre *et al.* (2021), apontam ainda maior vulnerabilidade desse grupo à Covid-19, além de índices elevados de sofrimento psíquico, depressão, ansiedade, uso de substâncias e enfraquecimento das redes de apoio social.

Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar os efeitos da pandemia na saúde mental de docentes LGBTQIAPN+, considerando, ainda, os atravessamentos interseccionais da LGBTQIAPN+fobia nas experiências desses profissionais em seus contextos laborais durante esse período. Neste sentido, a crise instaurada durante a pandemia da Covid-19 na esfera sanitária, psicológica, social e política impôs demasiados desafios para os sujeitos LGBTQIAPN+, pois, para além das consequências relacionadas a saúde mental, foi marcada “pelo agravamento de desigualdades socioeconômicas em decorrência do crescimento do desemprego estrutural em escala global, além da precarização do trabalho” (Oliveira, 2020, p. 25). Isto posto, este estudo tensiona as seguintes questões: quais as consequências ocasionadas pela Covid-19 à saúde mental de docentes LGBTQIAPN+? Bem como, quais os atravessamentos da LGBTQIAPN+fobia no trabalho docente desenvolvido por estes sujeitos durante o referido cenário?

Metodologia

Apresenta-se uma investigação de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória. Enquanto método para o desenvolvimento da pesquisa, adotou-se a Análise por Triangulação entre Métodos, que consiste na combinação de diferentes estratégias metodológicas para coleta, análise e gerenciamento de dados (Flick, 2009). Foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: questionário *on-line*, grupo reflexivo, revisão bibliográfica e análise da conjuntura, com ênfase no contexto pandêmico da Covid-19.

A revisão de literatura foi utilizada com o objetivo de mapear e analisar estudos relevantes já publicados acerca do tema investigado, a fim de fundamentar a construção do problema de pesquisa, bem como a formulação dos instrumentos de coleta de dados, possibilitando encontrar respostas para as questões aqui colocadas. Para tanto, foram seguidas as etapas propostas por Sampaio e Mancini (2007), que apontam os aspectos essenciais para o desenvolvimento do método, a saber:

problema de pesquisa; estratégias de busca de estudos; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de artigos e realização de uma análise criteriosa da literatura selecionada.

O questionário *on-line* foi elaborado como um dos recursos para o levantamento de dados empíricos da pesquisa, tendo como base a análise dos achados da revisão de literatura. A sua aplicação foi realizada por meio de plataformas digitais (*Instagram, E-mail, WhatsApp e Facebook*), visando ampliar o alcance da pesquisa e oferecer flexibilidade de acesso temporal e geográfica aos sujeitos da pesquisa. A escolha por essa metodologia permitiu que os docentes pudessem responder o questionário de maneira autônoma, a qualquer momento e em qualquer lugar que estivessem - facilitando assim a coleta das informações.

Foram definidos como participantes docentes LGBTQIAPN+ que atuaram durante a pandemia da Covid-19 em instituições de ensino básico nos municípios de Guanambi e Caetité – BA. Ficaram excluídos sujeitos que não pertencem a esse grupo ou que não exerceram a docência nesse período e contexto. O questionário, estruturado em seções temáticas, buscou atender aos objetivos da pesquisa, permitindo analisar as vivências desses profissionais frente aos impactos da pandemia e às experiências de LGBTQIAPN+fobia no ambiente escolar. As seções abordaram: Dados Sociodemográficos; Cuidado com a saúde mental; Saúde mental, trabalho docente LGBTQIAPN+ e Covid-19; e LGBTQIAPN+fobia e trabalho docente.

Além do questionário *on-line*, realizou-se um Grupo Reflexivo virtual, mediado pelo pesquisador, com cerca de duas horas de duração, visando complementar os dados empíricos e oferecer psicoeducação e acolhimento socioemocional. Nesse espaço, docentes LGBTQIAPN+ compartilharam angústias, expectativas e percepções sobre os impactos da pandemia na saúde mental. O Grupo Reflexivo, enquanto espaço de troca e intervenção, promove suporte emocional e proteção social, fundamentado em interações acolhedoras, sem julgamentos, e na participação ativa (Barros, 2013).

A análise dos dados seguiu o método de Triangulação entre Métodos, composto por três etapas dialeticamente inter-relacionadas (Marcondes; Brisola, 2014), o que contribui para a aproximação entre teoria e prática (Gomes, 2004). Os dados foram organizados nas categorias: Questões sociodemográficas; Saúde mental, Covid-19 e trabalho docente LGBTQIAPN+; e LGBTQIAPN+fobia e trabalho

docente. A partir disso, passa-se à análise dos efeitos da pandemia na saúde mental desses docentes, considerando os atravessamentos da LGBTQIAPN+fobia em seus contextos de trabalho.

Resultados e Discussões

Saúde mental, Covid-19 e trabalho docente LGBTQIAPN+

No que se refere ao questionário, foram obtidas 12 respostas de docentes LGBTQIAPN+ atuantes em escolas da rede de educação básica de municípios do interior da Bahia durante a conjuntura da Covid-19. Dentre esses participantes, apenas 3 se voluntariaram para participar do Grupo Reflexivo, sendo identificados nesta pesquisa como Sujeito 1, Sujeito 2 e Sujeito 3. Quanto ao perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa, os dados⁵ observados são apresentados a seguir:

Tabela 1 - Perfil sociocultural dos sujeitos da pesquisa

Variável analisada	Medidas absolutas e relativas obtidas via Questionário
Faixa etária	Dentre 26 e 35 anos – 8 sujeitos (67% da amostra). Entre 18 a 25 anos – 4 sujeitos (33% da amostra).
Raça / Cor / Etnia ⁶	5 sujeitos (42% da amostra) se autodeclararam pretos; 4 (33%) se autodeclararam pardos; e 3 (25%) se autodeclararam brancos.
Identidades de gênero	5 (42%) pessoas se identificaram enquanto mulheres cisgêneras, 5 (42%) como homens cisgêneros, 1 (8%) como mulher transgênero e 1 (8%) como não-binária.
Orientações sexuais	6 (50%) pessoas se identificaram enquanto <i>gays</i> ; 2 (17%) como lésbicas, 2 (17%) como bissexuais, 1 (8%) como pansexual e 1 (8%) enquanto a androssexual.
Regime de contrato	10 (83%) sujeitos assinalaram que estão ou estiveram sob o regime contratual, apenas 1 (8%) está ou esteve enquanto concursado / efetivo e 1 (8%) optou por “Não saber ou Preferir não responder” sobre o assunto.
Rede de ensino	6 (50%) das respostas correspondem a rede pública/Municipal, 2 (17%) a

⁵ O uso de porcentagens nesta pesquisa tem como finalidade expressar a distribuição dos dados dentro da própria amostra, permitindo uma visualização proporcional das respostas ou ocorrências observadas. Embora não haja intenção de generalização para além do grupo estudado, as medidas relativas facilitam a compreensão comparativa entre categorias e variáveis, evidenciando a representatividade interna dos resultados e tornando a apresentação dos achados mais clara e interpretável.

⁶ Salienta-se que para a estruturação desta análise foram utilizadas as mesmas classificações descritas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

rede Privada, 2 (17%) à Pública/Federal, 1 (8%) à Pública/Estadual e 1 (8%) se refere a alternativa “Não saber/Prefere não responder”.

Carga horária semanal de trabalho	6 (50%) dos sujeitos sinalizaram possuir a carga horária semanal entre 20h e 40h, 5 (42%) assinalaram ter até 20h de trabalho semanalmente e apenas 1 (8%) optou pela alternativa “Não sabe/Prefere não responder”.
-----------------------------------	---

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, observa-se uma predominância de sujeitos com faixa etária entre 26 e 35 anos (8 participantes; 67%). Além disso, destaca-se que a maioria atua em instituições públicas/municipais de ensino (6 participantes; 50%), sob o regime contratual (10 participantes; 83%), e com carga horária de 20h e 40h semanais (6 participantes; 50%).

As variáveis como instituição de ensino, regime de contrato e carga horária de trabalho relacionam-se diretamente ao trabalho docente e seus atravessamentos na vida dos professores. Nesta pesquisa, compreende-se o trabalho docente como “um conjunto de interações personalizadas com os alunos para obter a participação deles em seu próprio processo de formação e atender às suas diferentes necessidades” (Tardif, 2001, p. 37). Neste sentido, essa atividade exige constante investimento afetivo e cognitivo para o desenvolvimento das relações humanas no ambiente escolar.

O professor, portanto, é concebido como “sujeito de seu próprio trabalho e ator de sua pedagogia, pois é ele quem a modela, quem lhe dá corpo e sentido no contato com os alunos (negociando, improvisando, adaptando)” (Tardif, 2001, p. 43). Todavia, essa categoria enfrenta frente às demandas capitalistas e neoliberais, que favorecem o modelo de educação bancária, voltadas às lógicas de produção aceleracionistas e arreflexiva, que visam não um processo de educação libertadora, tal como propõe Paulo Freire (1996), mas sim a manutenção de um *modus operandi* que atenda as demandas do capital.

Com o advento da globalização e da era digital, intensificam-se os moldes de exploração capitalista e precarização do trabalho que influenciam diretamente na vida da classe de trabalhadores (Antunes, 2018; 2020). No Brasil, a pandemia da Covid-19 agravou esse cenário, desencadeando consequências ainda mais perversas do ponto de vista social, ampliando a crise econômica e aprofundando desigualdades sociais, especialmente entre mulheres, população negra, indígenas e pessoas LGBTQIAPN+.

Essa realidade, marcada por desigualdades estruturais e hostis a determinadas populações em estado de subalternidade no Brasil, pode ser analisada por meio da perspectiva interseccional, sendo um aparato que “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (Akotirene 2019, p. 14). Assim, observa-se que sujeitos em desacordo com tais normativas possuem seus direitos e vidas constantemente ameaçadas no país, sujeitos a uma estrutura societária pautada por uma lógica (re)colonial, onde impera-se o racismo, o patriarcado e a cisheterossexismo, conforme apontado por Mombaça (2021).

Em relação ao perfil raça/cor/etnia dos sujeitos desta pesquisa, verificou-se a predominância de autodeclarados pretos (5 participantes; 42%), seguidos por pardos (4 participantes; 33%) e brancos (3 participantes; 25%). Assim, a amostra é majoritariamente composta por sujeitos negros, categoria definida pelo IBGE como englobando pretos e pardos (Oliveira, 2004).

Vale ressaltar que inseridos em uma estrutura social racista e moderno-colonial, sujeitos negros enfrentam desigualdades sistemáticas. Para Oliveira (2020), apoiando-se em Sueli Carneiro, a raça é um marcador estrutural das relações sociais no Brasil, influenciando diretamente as relações estabelecidas entre negros e brancos, que delimita e interfere, a partir de características físicas, como, por exemplo, a cor de pele, o rumo e o lugar dos sujeitos na sociedade, influenciando “diretamente as estruturas de classe no país e que, por sua vez, tem desdobramentos na forma de organização do sistema educacional, e nas relações de poder que se estabelecem” (Oliveira, 2020, p. 58). Assim, tudo que escapa à branquitude, à norma, é visto como desvio ou não-humano (Oliveira, 2020). Como reflexo dessa estrutura moderno-colonial, observa-se que:

Na atualidade pessoas negras frequentam as estatísticas ostentando os piores indicadores quando se trata de acesso a emprego e renda (com destaque para a mulher negra que está na base desta pirâmide), escolaridade expressa no maior índice de evasão escolar, saúde, nas condições de habitação onde o Código de Endereço Postal (CEP) define se o sujeito será chamado para uma entrevista de emprego ou não, se poderá receber uma encomenda oriunda de uma compra online ou mesmo se a abordagem policial será mais ou menos truculenta, entre tantos outros indicadores (Costa, 2023, p. 3).

No que tange as identidades de gênero, observou-se a predominância de

peças cisgêneras, sendo 5 participantes (42%) homens e 5 participantes (42%) mulheres. Apenas 2 participantes se identificaram como transgêneros, dentre estes 1 se descreveu enquanto pessoas (8%) não-binária e 1 participante (8%) como mulher transgênera.

Esse dado é fundamental para uma leitura crítica sobre um modelo de instituição escolar no Brasil, ainda pautado por pedagogias cisheterossexistas, que, conseqüentemente, acabam por marginalizar e invisibilizar a presença de sujeitos LGBTQIAPN+, sobretudo daqueles inseridos na comunidade T. Essa marginalização ocorre em nome da manutenção de um *status quo* burguês e de uma cosmovisão de mundo ainda fundamenta em valores fundamentalista e biomorais, sustentados pela lógica binária de gênero e pela cisheteronormatividade compulsória (Castro; Santos; Cunha, 2024).

Tal realidade é corroborada por estudos como o de Duque (2013, p. 11), que evidenciam a exclusão e o silenciamento sistemático de identidades dissidentes no ambiente escolar, “80% da população transexual e travesti encontram-se fora da escola e das universidades porque não suportam psicologicamente e emocionalmente o racismo, o classismo, o cissexismo e as transfobias presentes no cotidiano educacional”.

Destaca-se também que tais processos de violência atravessam de forma mais intensa as bixas afeminadas, as sapatões masculinizadas, as pessoas não binárias, as travestis e transexuais, justamente por estas identidades de gênero e sexualidades romperem de modo mais radical com as premissas cisheteronormativas impostas socialmente. Ademais, tais violências se potencializam pela intersecção de marcadores da diferença, para além do gênero, sexo e sexualidade, que marcam os corpos e existências destes sujeitos na sociedade contemporânea, como, por exemplo, a raça, a classe e o território (Duarte, 2020).

Em decorrência disso, autores como Baére e Conceição (2018) apontam uma maior propensão por parte de pessoas LGBTQIAPN+ a desenvolverem algum tipo de sofrimento psíquico, se comparados a pessoas cisheterossexuais, bem como uma maior probabilidade de consumarem ou tentarem o suicídio. Esses fatos estariam atrelados ao extremo sofrimento psicológico vivenciado por essa população, imersa em um ambiente hostil, marcado por discriminação, preconceitos, violência e ameaças aos seus direitos e à dignidade humana (Barbosa; Medeiros, 2018).

Durante a Covid-19, especificamente, uma pesquisa inédita realizada no Brasil pela #VoteLGBT⁷ com mais de 10 mil pessoas LGBTQIAPN+ constatou que, para além das problemáticas relacionadas à renda e ao desemprego, os danos à saúde mental e o afastamento da rede de apoio foram os pontos mais destacados pelos participantes do estudo como principais sequelas do cenário pandêmico (VoteLGBT, 2020). Além disso, tal diagnóstico afirmou que:

O novo coronavírus é um problema de saúde global, mas ele tem efeitos na saúde que vão além da infecção pelo vírus. A população LGBT+ sofre com problemas de saúde mental mais que a média nacional. É preciso entender a origem deste problema: as tão faladas doenças mentais, como depressão e ansiedade, manifestam-se mais agressivamente neste universo como consequência do convívio frequente com diversas formas de preconceito (VoteLGBT, 2020, p. 11).

Essas discussões evidenciam que pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil enfrentam enormes desafios devido às vulnerabilidades e desigualdades estruturais geradas por um sistema necropolítico, cisheterossexista, racista, classista e colonial, que constantemente nega seus direitos à cidadania e à vida (Trevisan, 2018). Essas precariedades se intensificaram durante a pandemia da Covid-19, marcada por uma crise social, política e psíquica, um estado de calamidade pública, mudanças sociais emergentes e, principalmente, pela ausência do Estado na implementação de políticas públicas para mitigar os impactos sobre essa população. Diante disso, elabora-se a seguinte questão: quais os efeitos à saúde mental e as condições de trabalho exercidas pelos sujeitos desta pesquisa (docentes LGBTQIAPN+) durante a conjuntura pandêmica?

Segundo Viana e Martins (2022), a classe trabalhadora docente no Brasil já enfrentava, antes da pandemia de Covid-19, significativa desvalorização e precarização profissional. Em um contexto de governança marcada pelo biopoder e necropolítica voltados especialmente à classe trabalhadora, estudos indicam aumento expressivo das demandas laborais e da sobrecarga de trabalho. A falta de políticas públicas para melhorar as condições docentes resultou diretamente no adoecimento físico e mental e no afastamento desses profissionais (Barros *et al.*, 2020; Cancian *et al.*, 2022). De forma alinhada, Pereira, Santos e Menetti (2020)

⁷ Coletivo que desde 2014 busca aumentar a representatividade de LGBTs+ em todos os espaços, principalmente na política (VoteLGBT, 2020).

apontam que os docentes estão entre os profissionais mais vulneráveis a transtornos psicológicos, como a Síndrome de Burnout, devido ao elevado sofrimento psíquico causado pelo estresse laboral. Além disso, fatores como más condições de trabalho, desvalorização da profissão (Coutinho; Magro; Budde, 2011) e sobrecarga (Campos; Vêras; Araújo, 2020) contribuem para o adoecimento mental dessa categoria.

Ao serem questionados sobre a percepção em relação à afirmativa “Tenho uma rotina de trabalho saudável”, constatou-se que 6 dos 12 sujeitos da pesquisa (50%) afirmaram “concordar em partes”, 4 (33%) descreveram “discordar em partes” e 2 (17%) elucidaram “discordar totalmente”. Não houve, portanto, nenhum sujeito que tenha “concordado totalmente” com o enunciado em questão.

Considera-se uma rotina de trabalho saudável aquela que preserva a saúde física e mental dos trabalhadores. No entanto, diante das exigências do sistema capitalista e neoliberais contemporâneo, centrado na exploração da classe trabalhadora, no acúmulo de capital e na produtividade desenfreada, observa-se a consolidação de ambientes laborais e rotinas de trabalho que promovem o adoecimento físico e psíquico de forma contínua e crescente (Benaglia, 2012).

Pesquisadores como Pereira, Santos e Menetti (2020) apontam a docência como uma das profissões mais suscetíveis ao desenvolvimento de sofrimentos psicológicos devido às precárias condições de trabalho no Brasil, potencializadas durante a pandemia da Covid-19 pelos impactos nas instituições de ensino e pela persistente desvalorização do magistério. Essa realidade foi expressa por um dos participantes da pesquisa, o Sujeito 2, ao compartilhar, durante o grupo reflexivo, sua vivência em sua cidade:

Nós já estávamos passando por um momento muito tenso e enfrentar certas limitações na educação básica, foi ainda mais difícil de lidar com tudo isso, porque a gente tinha que literalmente se virar para conseguir dar aula, para alcançar o que nos era proposto. Mas, ao mesmo tempo, a gente estava passando por algo desconhecido, por algo totalmente tenso. Então assim, de certa maneira parecia até meio utópico né?! A gente tinha que dar aula, a gente tinha que alcançar tudo que estavam querendo que nós alcançássemos, mas não estavam considerando que nós estávamos no meio de uma pandemia. Então, assim, se virem! É... Saúde mental, é... eu estava tentando não xingar, mas era tipo foda-se, se lasquem! (Sujeito 2).

A fala do sujeito 2 discorre sobre o momento de tensão vivido durante a conjuntura da Covid-19, mas, para além disso, relata também o atravessamento das

exigências neoliberais e capitalistas sobre sua atuação como docente da educação básica. Como salienta, tais demandas, marcadas pela exploração e pela produtividade exacerbada mostram-se inalcançáveis frente aos efeitos da pandemia sobre as instituições de ensino e sobre seu fazer pedagógico. Além disso, destaca o lugar da saúde mental nos espaços escolares durante esse período: um lugar de invisibilidade e de desvalorização.

É fundamental compreender o neoliberalismo não apenas como um modelo socioeconômico, mas também como gestor do sofrimento psíquico contemporâneo. Safatle, Junior e Dunker (2020, p. 8) afirmam que o neoliberalismo “gera e gerencia [o sofrimento], produzindo e gerindo o sofrimento psíquico”, configurando-se como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo. Com a pandemia da Covid-19, mudanças no mundo do trabalho, como a adoção do Trabalho Remoto (TR), intensificaram a sobrecarga, o estresse, o sofrimento psíquico e a insatisfação dos professores.

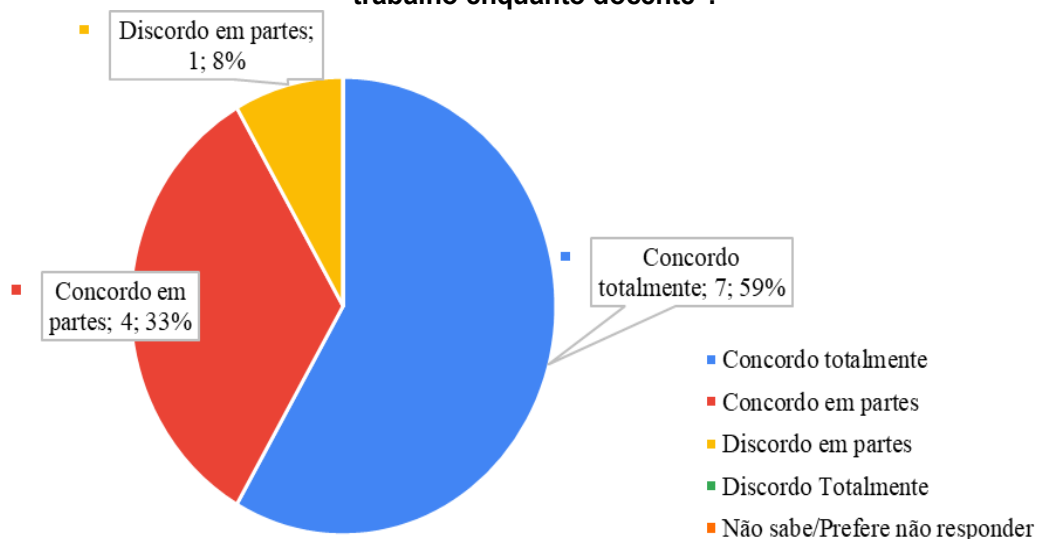
Esse cenário também foi evidenciado nesta pesquisa, por meio da percepção dos participantes quanto à afirmativa: “Sinto que a minha carga horária de trabalho se intensificou após a pandemia da Covid-19 e o modelo de trabalho remoto”. Aqui, percebemos que 42% concordaram totalmente, 33% concordaram em parte, 17% discordaram em parte e 8% não souberam ou preferiram não responder. A sobrecarga de trabalho é destacada como um dos principais efeitos da pandemia na docência no Brasil (Campos; Vêras; Araújo, 2020) e também na Bahia (Cunha e Costa, 2021), sendo apontada como causa significativa do sofrimento psíquico da categoria (Pinho *et al.*, 2021). Essa percepção também foi evidenciada nas discussões do grupo reflexivo da pesquisa, ilustrada na fala do Sujeito 2:

Eu queria fazer algo que realmente me desconectasse da obrigação de ser professora, de ensinar, de sempre estar ali *on-line* né, porque a gente não tinha mais esse distanciamento do estar em casa e estar no trabalho, não havia mais esse distanciamento. Então, a gente tava o tempo todo no trabalho, porque eu senti isso, eu estava trabalhando 24h, porque a todo o momento eu estava ali *on-line*, eu estava ali tendo que responder pais, tendo que responder patrão, tendo que responder todo mundo, aluno (Sujeito 2).

A pandemia intensificou a jornada de trabalho do Sujeito 2, sobretudo pela adoção do ensino remoto, causando sofrimento psíquico devido ao excesso de

demandas. Segundo seu relato, tornou-se difícil “desconectar-se da obrigação de ser professora”, com a carga de trabalho se estendendo quase 24 horas por dia. Portanto, observa-se que as mudanças sociais, institucionais e na prática docente decorrentes da Covid-19 impactaram na saúde mental e as condições laborais da maioria dos participantes da pesquisa:

Figura 1: indique em qual grau de concordância você está com a afirmativa a seguir: “A Covid-19 impactou negativamente a minha saúde mental e, consequentemente, o meu trabalho enquanto docente”.

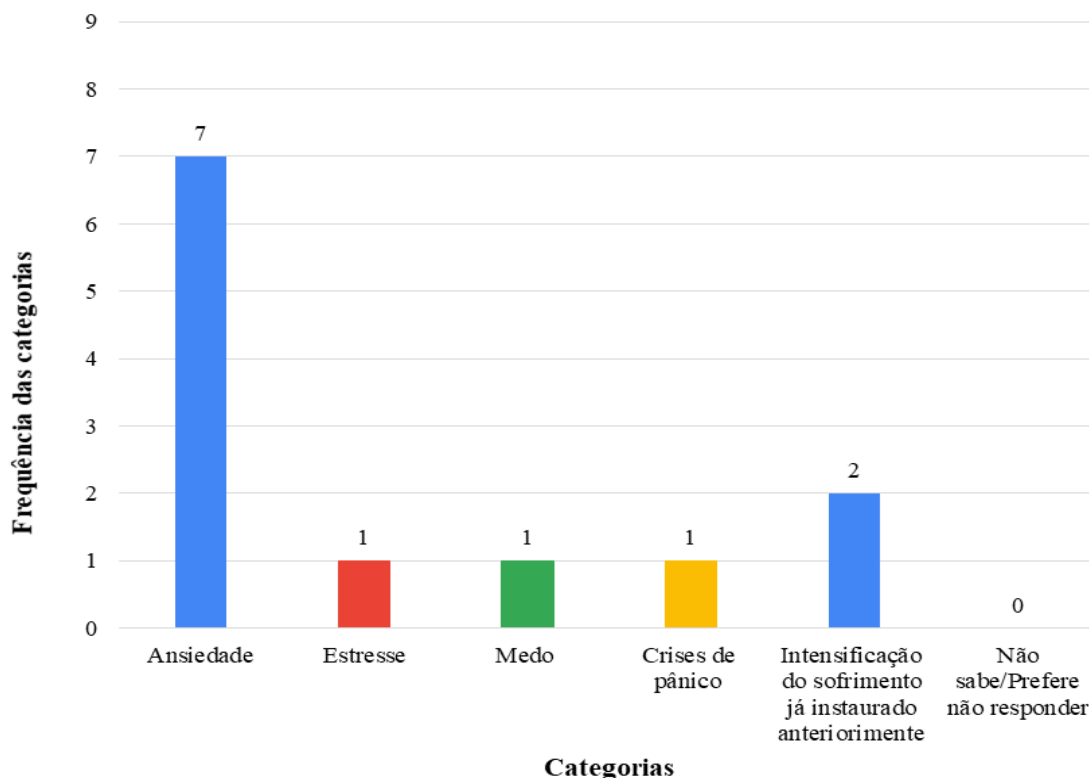


Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Como exemplo dos sofrimentos psicológicos relatados pelos participantes da pesquisa durante a pandemia, destacam-se sentimentos como exaustão, irritação e instabilidade emocional. Perguntamos se, durante o contexto pandêmico, haviam se sentido mais “sobrecarregados, exaustos, irritados e/ou instáveis emocionalmente” e, como retorno, 83% afirmaram que sim, o que indica um impacto significativo da pandemia na saúde mental desses docentes. Esse alto índice evidencia a intensidade do desgaste emocional enfrentado, reforçando a necessidade urgente de apoio psicológico e melhores condições de trabalho para essa categoria, especialmente diante dos desafios impostos pelo ensino remoto e pelo isolamento social.

Por fim, ao serem questionados sobre os tipos de sofrimento ou mal-estar psicológico desenvolvidos durante a conjuntura pandêmica, os sujeitos da pesquisa apontaram: ansiedade, estresse, medo, crises de pânico, e o agravamento de sofrimentos psíquicos já existentes. Esses dados podem ser observados na Figura 2:

Figura 2: Qual sofrimento psicológico ou mal-estar psíquico você teria desenvolvido durante a Covid-19?



Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Importante destacar, ainda, que neste estudo o adoecimento psicológico dos docentes LGBTQIAPN+ não é visto apenas como consequência de fatores biológicos ou individuais, evitando assim a patologização e psychologização de respostas humanas a um sistema marcado por contradições históricas, sociais e políticas. O sofrimento sociopsíquico é interpretado como uma denúncia do contexto adoecedor em que esses sujeitos vivem, influenciado por fatores como a crise social-política-psíquica da pandemia, a lógica capitalista e neoliberal na escola, a governança baseada em necropolítica e biopoder, a desvalorização do trabalho docente no Brasil e, especialmente, os impactos da LGBTQIAPN+fobia no exercício profissional, tema que será aprofundado na próxima análise.

LGBTQIAPN+fobia e trabalho docente

Diante de uma configuração social cisheterossexista, moderno-colonial e neoliberal, que opera por meio de uma lógica bionecropolítica voltada a aniquilar corpos dissidente das normas hegemônicas de gênero, sexo e sexualidade, Quinalha

(2022, p. 17) afirma que “a história LGBTI+ é um inventário em negativo composto por ausências, lacunas e silenciamentos”. Todavia, mesmo ante as tentativas sistemáticas de apagamento e opressão de nossas identidades LGBTQIAPN+, pesquisadores como Trevisan (2018), em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*, e Mott (1992), em *Justitia et Misericordia: a inquisição portuguesa e a repressão ao abominável pecado de Sodoma*, evidenciam, por meio de relatos, registros históricos, artes, monumentos e mitos, a presença de vivências afetivo-sexuais não heterossexuais e subjetividades dissidentes mesmo antes da colonização portuguesa no Brasil.

Durante o período da escravidão e do tráfico negreiro no Brasil, Nascimento (2021) identifica registros de subjetividades não-europeias e não cis-heterossexuais, como a primeira travesti negra africana do século XVI, que subvertia as normas hegemônicas de raça, gênero e sexualidade impostas pelos colonizadores. Identidades não cis-heterossexuais passaram a ser rotuladas, controladas e reprimidas apenas após a colonização europeia, por meio de mecanismos de saber-poder que ainda influenciam as subjetividades LGBTQIAPN+ (Preciado, 2022). Assim, a LGBTQIAPN+fobia é estrutural, uma herança colonial que perpetua desigualdades e violências sistemáticas contra essas comunidades no Brasil atual. Nesse sentido, compreende-se a LGBTQIAPN+fobia como um processo estrutural, que pode ser conceituado como:

Uma manifestação arbitrária de designar o outro como seu “oposto”. Contrário à norma, inferior ou anormal. Esse processo é promovido pela hierarquização das sexualidades na sociedade contemporânea, sendo a heterossexualidade o padrão para avaliar todas as outras formas de exercer a sexualidade. Por isso, sofrem pela LGBTQIA+fobia todas as pessoas que desafiam a norma corpo-sexo-gênero-sexualidade-desejo: além dos(as) homossexuais, pessoas bissexuais, intersexuais, assexuais, travestis, transexuais e tantas outras formas de ser divergentes da cisheteronormatividade (Conselho Federal de Psicologia – CFP, 2023, p. 35).

Como consequência, a sociedade brasileira segue marcada por um cenário hostil e vulnerável à existência de sujeitos LGBTQIAPN+, cujos direitos à cidadania são negados e deslegitimados compulsoriamente pelas instituições de poder, especialmente o Estado. Essa realidade se evidencia nos alarmantes índices de violências e mortes violentas contra essa população, fazendo do Brasil o país que

mais mata pessoas LGBTQIAPN+ (GGB, 2023). Além disso, destaca-se as dificuldades enfrentadas para acessar e permanecer no mercado de trabalho e nas escolas, frequentemente devido ao sofrimento psíquico causado pela LGBTQIAPN+fobia nesses espaços (Duque, 2013; Oliveira, 2020; Torres, 2010).

A necropolítica direcionada aos sujeitos LGBTQIAPN+ os coloca como corpos descartáveis e socialmente invisibilizados em uma sociedade cisheteronormativa e moderno-colonial, tornando-os alvos de violência e morte (Butler, 2019). Durante a pandemia, essa lógica foi intensificada pelo (des)governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), que hierarquizou vidas, decidindo quais mereciam proteção e quais seriam abandonadas (Mbembe, 2018). Como reforça Duarte (2020), essa aniquilação não se limita ao físico, mas também nega dignidade, direitos e acesso a políticas públicas. Assim, evidencia-se que a pandemia apenas agravou um cenário pré-existente de precarização e exclusão vivido por pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil.

A precariedade vivida pela população LGBTQIAPN+ no Brasil, intensificada pela pandemia de Covid-19 e pela crise social, política e psíquica que a acompanhou, reflete a lógica de uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, racismo, classismo, cisheteronormatividade, neoliberalismo e colonialismo (Oliveira; Viana, 2020). Essa marginalização atinge tanto espaços privados quanto públicos, incluindo as escolas, que figuram como o terceiro ambiente com maior incidência de violência contra pessoas LGBTQIAPN+, atrás apenas do ambiente familiar e dos espaços de lazer (Prado; Rodrigues; Machado, 2006). Nesse contexto, essa população apresenta maior vulnerabilidade ao sofrimento psíquico, afetada por três dimensões principais durante a pandemia: a convivência forçada em lares hostis, a ruptura das redes de apoio social e o agravamento do desemprego estrutural, especialmente entre travestis e transexuais, das quais 90% estão na prostituição e 5% no mercado informal, segundo dados da ANTRA (Oliveira; Viana, 2020).

O estudo identificou que a LGBTQIAPN+fobia e o cisheterossexismo atravessaram as práticas laborais dos docentes durante a pandemia, evidenciando a falta de discussões sobre gênero e sexualidade nas instituições escolares. Apesar de Dayrell (2001) destacar que as escolas são espaços marcados pela diversidade sociocultural, elas ainda reproduzem relações de poder historicamente constituídas, sustentadas por estruturas moderno-coloniais e pela cisheteronorma (Oliveira, 2020). Esse contexto gera ambientes escolares hostis e inseguros para docentes e alunos

LGBTQIAPN+, realidade que se agravou no cenário de crise imposto pela pandemia da Covid-19.

Essa realidade é refletida na resposta dos sujeitos à pergunta: *“Na instituição de ensino em que você atua já ocorreram debates sobre os atravessamentos da LGBTQIAPN+fobia no trabalho e na vida de professores LGBTQIAPN+?”*. Dos 12 participantes, 10 (83%) afirmaram que “não” e apenas 2 (17%) afirmaram ter tido acesso a algum tipo de debate sobre o tema. Tal questão foi abordada pelo Sujeito 3 durante o grupo reflexivo, ao relatar sua experiência enquanto docente LGBTQIAPN+ da rede de educação básica no território de Caetité (Ba), durante a pandemia da Covid-19:

E eu percebi também que havia um certo desconforto da escola com a presença que eles liam como bixa, que nem era gay mesmo assim, gay, gay não era, era mais bixa porque era um corpo masculino, mas com trejeitos femininos, com o tom de voz feminino, uma performatividade toda feminina. Então, não tinha como você não perceber que havia um desconforto ali, desconforto tanto pelo corpo docente quanto pelos alunos mesmo que não entendiam, não compreendiam que tinha uma pessoa que eles viam o tempo todo né esse perfil, esse sujeito de pessoa sendo rechaçada na sociedade e depois uma pessoa né, um sujeito desse ocupar um espaço de poder de conhecimento e passa né de alguma forma a ter algum poder sobre eles. E aí eu via assim que tinha um certo desconforto, tinha uma resistência também em me tratar com o mesmo respeito com qual tratavam outros professores. Outros professores também me tratavam meio que com desdém, porque, alguns até chegaram a falar que era porque eu era muito novo, mas não era isso não, acho que era por questão da LGBTfobia (Sujeito 3).

A evidente desvalorização desses temas pelas instituições escolares no Brasil não só demonstra um projeto de manutenção de um sistema pautado em normativas cisheterossexistas e LGBTQIAPN+fóbicas, como também escancara o lugar de banalização e de inexistência que é atribuída à vida não apenas dos docentes, mas de todos os sujeitos LGBTQIAPN+ que se encontram nesses espaços. Tais ambientes, segundo estudiosos como Torres (2010) e Louro (2022), são marcadamente violentos para essas subjetividades, gerando impactos significativos para seus processos de constituição subjetiva.

Além disso, este cenário evidencia o processo de mortificação subjetiva ao qual pessoas LGBTQIAPN+ são submetidas não só nos ambientes escolares, como também nos demais contextos que estão inseridos socialmente, que também são

atravessados por violências estruturais como a LGBTQIAPN+fobia e a cisheteronorma, que são materializadas de diversas formas e em diferentes cenários. Essa realidade também pôde ser percebida em algumas falas do Sujeito 1 durante o grupo reflexivo:

A gente era docente, a gente não era docente LGBT. Até porque como eu falei, a escola não me colocava como essa pessoa né, dentro da escola eu era simplesmente a professora x e não tinham essas discussões dentro do âmbito escolar (Sujeito 1).

Além disso, em uma das falas do Sujeito 3 durante o grupo reflexivo, pôde-se observar que o processo de mortificação de sua subjetividade enquanto pessoa LGBTQIAPN+ na escola onde atuou como docente durante a Covid-19 gerou impactos em sua saúde mental, a saber:

[...] pra gente, enquanto pessoas LGBT, já é um sacrifício estar nesses espaços, com a pandemia isso se agravou muito mais. Então, gera uma dor psíco muito mais forte porque a gente não tá falando de espaço que foi feito pra gente, que a gente pode chegar lá e verbalizar com um colega sobre alguma relação nossa que a gente que as vezes que falar, pois é um tabu, é um problema. Então isso gera dor, isso gera muita dor, porque é um espaço que quando você bota o pé dentro da escola ela vai meio que te higienizando, ela vai meio que te tirando, te (des)possuindo dessa identidade. Então você, quando você entra na escola você, é... eu deixo de ser uma pessoa não-binária, eu deixo de ser eu, deixo de ser uma parte de mim que compõe a minha identidade, porque todo mundo quando eu chego lê, mas ninguém fala sobre, mas todo mundo tem atitudes no comportamento que me colocam em determinados lugares que pessoas héteros e pessoas cisgêneros não ficariam e é perceptível pra gente porque a gente tá nesse espaço e a gente tá vendo como algumas pessoas tratam determinados professores e como tratam a gente (Sujeito 3).

A fala citada anteriormente permite evidenciar que os docentes LGBTQIAPN+ participantes deste estudo enfrentaram impactos significativos em sua saúde mental, não apenas em decorrência do cenário pandêmico e das mudanças nas dinâmicas de trabalho, mas também devido aos atravessamentos da LGBTQIAPN+fobia em suas vidas e práticas profissionais nos espaços escolares. Esses fatores, somados, possivelmente intensificaram ainda mais os desafios vivenciados nesse período. Além disso, demonstra, por meio da percepção do Sujeito 3, qual a postura tida por tais instituições em relação a presença de sujeitos LGBTQIAPN+ em seus espaços: uma postura de rejeição, no qual seus corpos e particularidades diversas são apreendidas

como anormais, monstruosidades para os padrões pré-determinados pela cisheteronorma, e, por isso, são apreendidos por esta lógica estrutural como indesejados.

Outro dado relevante, apontou que a maioria dos sujeitos envolvidos na pesquisa (5;41%) descreveram que na escola em que atuaram durante a pandemia não se sentiam seguros o suficiente para expressar livremente suas orientações sexuais e identidades de gênero, mediante ao medo de expressar livremente suas identidades de gênero e orientações devido ao receio de sofrerem algum tipo de violência motivada por LGBTQIAPN+fobia.

Dado este que neste artigo também se articula ao modelo pedagógico cisheterossexista ainda vigente nas instituições escolares, que contribui para a manutenção de um ambiente educacional à vivência de sujeitos LGBTQIAPN+. Tal cenário, além de violento, impossibilita que grande parte desses profissionais (5; 41%) se sintam à vontade para expressar livremente suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais dentro de seus respectivos trabalhos, devido ao medo de sofrerem algum tipo de violência por parte da própria instituição, seja dos demais sujeitos que dela fazem parte.

Considerações Finais

As considerações finais deste estudo, sob uma perspectiva psicosociopolítica, evidenciam que a pandemia da Covid-19 expôs e aprofundou as desigualdades estruturais no Brasil, fortemente agravadas pela gestão negacionista, marcada pela disseminação de desinformação e por uma política necropolítica que negligenciou direitos básicos como moradia, alimentação e trabalho. Essas vulnerabilidades impactaram principalmente sujeitos historicamente marginalizados, como a classe trabalhadora, pessoas negras, povos originários, mulheres e, de forma destacada, a população LGBTQIAPN+, cujas existências são constantemente ameaçadas por estruturas cisheteronormativas, racistas e capitalistas.

No campo da saúde mental, o país, que já apresentava altos índices de transtornos psicológicos, viu se agravar quadros de ansiedade, depressão, estresse e outros sofrimentos psíquicos. No contexto educacional, os efeitos da pandemia foram igualmente severos, com a adoção do ensino remoto e do trabalho home office sem que houvesse suporte emocional, pedagógico ou material suficiente, o que afetou

de maneira ainda mais intensa os docentes LGBTQIAPN+ da educação básica no interior da Bahia. Estes enfrentaram, além da sobrecarga laboral e da precarização, os efeitos da LGBTQIAPN+fobia, expressa na invisibilização de suas existências, na ausência de discussões sobre diversidade e na manutenção de práticas cisheteronormativas no ambiente escolar.

Diante desse cenário, foram propostas, juntamente aos sujeitos da pesquisa, estratégias de enfrentamento, como: a inclusão de debates sobre a população LGBTQIAPN+ nas escolas; a implementação de políticas educacionais que combatam a discriminação de gênero e sexualidade; a presença de profissionais de saúde mental nas instituições; e a formação continuada de docentes voltada para a valorização da diversidade e o rompimento com práticas cisheterossexistas no espaço escolar.

Os participantes da pesquisa relataram impactos significativos em sua saúde mental devido às mudanças nas instituições de ensino provocadas pela Covid-19, destacando o aumento do estresse e do desgaste físico e emocional causado pela maior carga de trabalho. Além disso, evidenciaram que seu sofrimento psíquico não decorreu apenas da pandemia em si, mas também das interseccionalidades da LGBTQIAPN+fobia enfrentada em suas vivências como docentes LGBTQIAPN+ em escolas da educação básica no interior da Bahia.

Referências

ABRAMOVICH, Alex, *et al.* Investigating the impacts of Covid-19 among LGBTQ2S youth experiencing homelessness. **Plos One**, v. 16, n. 9, p. e0257693, 2021.

Disponível em:

<https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0257693>. Acesso em: 01 dez. 2024.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo editorial, 2018.

ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AKRÉ, Ellesse-Roselee, *et al.* Depression, Anxiety, and Alcohol Use Among LGBTQ+ People During the COVID-19 Pandemic. **American Journal Of Public Health**, v. 111, n. 9, p. 1610-1619, 2021. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8589058/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.

BARROS, Regina Benevides. **Grupo**: a afirmação de um simulacro. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BARROS, Marilisa Berti de Azevedo, *et al.* Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiol. Serv. Saude**, v. 29, n. 4, p. e2020427, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/nFWPcDjfNcLD84Qx7Hf5ynq/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BAÉRE, Felipe de.; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Análise da produção discursiva de notícias sobre o suicídio de LGBTs em um jornal impresso do Distrito Federal. **Revista Ártemis**, v. xxv, n. 1, p. 74-88, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/37229>. Acesso em: 02 dez. 2024.

BARBOSA, Bruno Rafael Silva Nogueira; MEDEIROS, Robson Antão de. Direito, saúde e suicídio: impactos das leis e decisões judiciais na saúde dos jovens LGBT. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 8, n. 3, p. 250-288, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/5720/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BENAGLIA, Mirian Damaris. O impacto do ambiente de trabalho e do estilo de vida na saúde do trabalhador e a importância de se promover qualidade de vida nas empresas. **Revista iluminart**, ano vi, n. 9, p. 75-90, 2012. Disponível em: <http://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/141>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CANCIAN, Queli Ghilardi.; PASINI, Juliana Fátima Serraglio. Precarização e intensificação do trabalho docente. Educação Superior: movimentos do campo neste início do século. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 9, n. 2, p. 148 - 164, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/7204>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CAMPOS, Tais Cordeiro. VÉRAS, Renata Meira; ARAÚJO, Tânia Maria. Transtornos mentais comuns em docentes do ensino superior: evidências de aspectos sociodemográficos e do trabalho. **Avaliação**, n. 25, v. 3, p. 745-768, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/SVyyKwCpTcmR4CDskV3hSPN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CUNHA, Ana Luiza Salgado; COSTA, Glauber Barros Alves. **Relatório de pesquisa [livro eletrônico]**: os desafios de ser professor(a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia. 1. ed. Caetité, BA: UNEB - Universidade do Estado da Bahia, 2021. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1rNRngSu1qXfdH0_cg9W9tHNzdtJilimv/view?us. Acesso em: 30 abr. 2024.

CFP. **Referência Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogos em Políticas Públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

COSTA, Guilherme Moraes da. Bixa preta: considerações sobre negritude e homossexualidade. In: 9º encontro internacional de política social e 16º encontro nacional de política social. 2023, Vitória - ES. **Anais eletrônicos** [...] Vitória: on-line, 2024, p. 1 - 12, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/download/41239/27327>. Acesso em: 27 de mar. 2024.

CALVO-PAZ, Mayling, *et al.* Equilibrio ocupacional durante el confinamiento por Covid-19 en docentes de terapia ocupacional de una institución universitaria. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, v. 30, p. e3242, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/Hj9pbDZYQgj5R86T99sSqdF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2024.

CASTRO, Hárllen Éric Benevides de, *et al.* Por uma pedagogia antiheterossexista: os atravessamentos na formação docente e uma perspectiva de transgressão. In: CUNHA, Ana Luiza Salgado, *et al.* **Formação de professores, práticas de ensino e currículo: estudos na região nordeste**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

COUTINHO, Maria Chalfin; MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; BUDDE, Cristiane. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicol Teor Prat**, v. 13, n. 2, p. 154-167, 2011. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a12.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DUQUE, Tiago. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/920509>. Acesso em: 09 out. 2024.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A. D. de. **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020.

FREITAS, Renilson Ferreira, *et al.* Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da COVID-19. **J Bras Psiquiatr.**, v.70, n.4, p.283-92, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/8DKtKHH8xFrMjSjTr7X93Lt/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FARIAS, Magno Nunes. LEITE JUNIOR, Jaime Daniel. Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2099, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/ykWBT9zDyjPvV5DmRGV8vdw/?lang=pt>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FREIRE. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GGB. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**: observatório do Grupo Gay da Bahia 2023. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2023. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2025.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza, *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 4ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: bipoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOTT, Luiz. "Justitia et misericórdia: a inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado da sodomia". In: NOVISNKY, Anitta; TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza (coord.). **Inquisição**: ensaios sobre mentalidades, heresias e arte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014. Disponível em: <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em: 18 nov. 2024.

NASCIMENTO, Leticia Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r)existências de gays, afeminados, viados e bichas pretas na educação. 1. ed. Salvador-BA: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Tibério Lima. VIANA, Raquel. Desemprego e Violência LGBTfóbica em tempos de pandemia da Covid-19. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de. **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da Covid-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020.

OLIVEIRA, Fátima. **Ser negro no Brasil: alcances e limites.** Estud. av., n. 18, v. 50, p. 57-60, 2004.

PACHIEGO, Michel Douglas.; MILANI, Débora Raquel da Costa. Pandemia, as reinvenções educacionais e o mal-estar docente: uma contribuição sob a ótica psicanalítica. **Dialogia**, n. 36, p. 220-234, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18323>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

PRADO, Marco Aurelio Maximo; RODRIGUES, Cristiano. MACHADO, Frederico Viana. **Participação política e homossexualidade: 8ª parada do orgulho GLBTT de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.

PEREIRA, Hortência Pessoa; SANTOS, Fabio Viana. MANENTI, Mariana Aguiar. Saúde mental de docentes em tempos de pandemia: Os Impactos Das Atividades Remotas. **Boletim de conjuntura** (boca), ano II, v. 3, n. 9, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 12 ago 2023.

PINHO, Paloma de Sousa, *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, p. 1-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjsww/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa de evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, p. 83-89, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SAFATLE, Vladimir, *et al.* **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola.** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto, MG: UFOP, 2010.

TARDIF, Maurice. O trabalho docente, a pedagogia e o ensino: interações humanas, tecnologias e dilemas. **Cad. Educ. FaE/UFPel**, v. 16, p. 15 - 47, 2001. Disponível

em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6204>. Acesso em: 17 fev. 2024.

VOTELGBT. **Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia:** desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de isolamento social e enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Disponível em: file:///C:/Users/H/Desktop/ID_75-Diagnostico-LGBT-na-pandemia.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

VIANA, Cristiane Alves. MARTINS, Maridelma Laperuta. A Precarização do Trabalho Docente Intensificada no Contexto Pandêmico: Relato de Experiência. **Pleiade**, v. 16, n. 37, p. 67-73, 2022. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/796>. Acesso em: 17 jul. 2024.

WERNECK, Guilherme Loureiro. CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de Covid-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 5, p. 1-4, 2020. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/7486>. Acesso em: 13 ago. 2024.

"You're not even supposed to be here!":

LGBTQIAPN+phobia, teaching work, and psychological distress in times of Covid-19

Abstract

This article aims to analyze the effects of the Covid-19 pandemic on the mental health of LGBTQIAPN+ teachers, with an emphasis on how LGBTQIAPN+phobia intersects with their professional experiences. The research, derived from a professional master's program conducted in the interior of Bahia, Brazil, adopts both qualitative and quantitative approaches, with descriptive and exploratory characteristics. Methodological triangulation was employed, incorporating a literature review, an online questionnaire, a reflective group, and a conjunctural analysis. The reviewed studies indicate that the pandemic had significant impacts on teachers' mental health, including an increase in cases of anxiety, depression, and stress. However, the research highlights institutional neglect in providing emotional and pedagogical support to teachers during this period, particularly regarding the invisibility of LGBTQIAPN+ educators' experiences. The empirical data was collected from teachers within this group who worked in basic education in the municipalities of Guanambi and Caetité, Bahia, through a digital questionnaire and a virtual reflective group. The data analysis, grounded in the dialectical interplay between theory and practice, revealed that the pandemic intensified challenges already faced by these professionals, exacerbating psychological distress and exposing the lack of specific support policies. This study contributes to recognizing the needs of this teaching population, underscoring the urgency for institutional actions that consider the intersections of gender, sexuality, and labor within education.

Keywords

Mental health; LGBTQIAPN+ teachers; Covid-19; Intersectionality; Basic education.

Agradecimentos: Agradecemos aos sujeitos da pesquisa pelas contribuições basilares para o desenvolvimento do estudo. Ademais, à UNEB *campus* VI pelo apoio institucional, ao Programa de Bolsa de Pesquisa, PROGPEQ (UNEB), Brasil, pelo financiamento fundamental para sua realização e à REBEH pela apreciação e divulgação deste.

Agência financiadora: O estudo é fruto da dissertação de Mestrado Profissional (PPGELS UNEB *campus* VI) intitulada como "Covid-19 e saúde mental em foco: (r)existências de docentes LGBTQIAPN+ no interior da Bahia", sendo ela financiada pelo Programa de Bolsa de Pesquisa, PROGPEQ (UNEB), Brasil.

Contribuições das pessoas autoras: Hárllen Éric Benevides de Castro contribuiu para com a escrita do rascunho original, revisão, edição, coleta, curadoria e análise de dados; Ana Luiza Salgado Cunha foi responsável pela orientação e/ou supervisão, bem como na escrita, revisão e análise dos dados. Por fim, Yan Caique de Souza Barros realizou contribuições referentes a escrita, revisão textual e discussão dos dados.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: 74353023.4.0000.0057

Conflito de interesses: Declara-se a inexistência de conflito de interesse neste estudo.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Apontamos que para o desenvolvimento desta pesquisa não foram utilizadas nenhum tipo de IA.

Pessoa autora correspondente: Hárllen Éric Benevides de Castro, Afya - Faculdade de Ciências Médias (Guanambi – BA), harllenbc171@gmail.com. Endereço: Rua F, Bairro Dr. José Humberto Nunes, nº 586, Guanambi – BA.

Recebido em: 30/05/2025

Aceito em: 23/02/2026

